



Robert Park, Genro Filho e a questão do diploma em Jornalismo¹

Rafael Paes Henriques²
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

Passado o calor dos primeiros momentos, queremos discutir, à luz de algumas contribuições de pesquisadores do Jornalismo, a questão da obrigatoriedade do diploma. Mas vamos cumprir a tarefa a partir do que realmente interessa: a atividade é uma forma particular de produção do conhecimento? Apresentamos e avaliamos criticamente o trabalho de Robert Park e de Adelmo Genro Filho. Concluimos que o Jornalismo não é uma ciência, mas nem por isso deixa de realizar uma operação que dá sentido ao real, na medida em que seleciona, interpreta e ordena os fatos classificados como de interesse jornalístico. Dessa maneira, alguma formação específica que dê conta de analisar, pormenorizadamente, essa operação particular de seleção e tratamento do real pode ser fundamental para o exercício da atividade de maneira mais autônoma e emancipadora.

Palavras-chave: epistemologia; jornalismo; conhecimento; Robert Park; Genro Filho

1. Introdução

Há quase um ano, por 8 votos a 1, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista no Brasil. A votação, realizada no dia 17 de junho de 2009, foi o resultado de um recurso extraordinário interposto pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo (Sertesp) e pelo Ministério Público Federal (MPF).

O recurso contestava um acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que afirmou a necessidade do diploma, contrariando uma decisão de primeira instância, fruto de uma ação civil pública. Em novembro de 2006, o STF já havia garantido o exercício da atividade jornalística aos que atuavam na profissão, independentemente de registro no Ministério do Trabalho ou de diploma de curso superior na área.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 13 a 15 de maio de 2010.

² Rafael Paes Henriques é mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho (Portugal) e doutorando em Filosofia pelo IFCS-UFRJ, email: rafaelpaesh@gmail.com.



O fim da obrigatoriedade do diploma levantou muita discussão em todo o país. Jornalistas, professores, alunos, juristas e advogados se manifestaram, muitas vezes de forma bastante acalorada. Diversos artigos, com argumentos contra ou a favor da obrigatoriedade do diploma, foram publicados em jornais e revistas. Nos sites e blogs especializados, a discussão contou com expressiva participação dos leitores, por meio de inúmeros comentários.

Mas apesar do volume e da intensidade das manifestações, um ponto fundamental da discussão não foi muito aprofundado e, muitas vezes, sequer apareceu entre os argumentos utilizados, tanto da parte dos favoráveis quanto entre os contrários à obrigatoriedade do diploma. Para nós a questão é decisiva: para exercer a atividade jornalística é preciso dominar algum conhecimento específico? Ou dito de outra maneira: afinal de contas, o que é o Jornalismo? O nome de tudo aquilo que se publica na forma de notícia ou uma maneira particular de entender e se relacionar com a realidade?

Nesse sentido, o argumento da advogada do Sertesp, utilizado no STF, foi bem claro. Para Tais Gasparian, o jornalista não se utiliza de nenhum saber que seja próprio à atividade. Portanto ele não precisa passar por uma escola de Jornalismo para exercer o ofício.

‘A profissão não depende de um conhecimento técnico específico. A profissão de jornalista é desprovida de técnicas. É uma profissão intelectual ligada ao ramo do conhecimento humano, ligado ao domínio da linguagem, procedimentos vastos do campo do conhecimento humano, como o compromisso com a informação, a curiosidade. A obtenção dessas medidas não ocorre nos bancos de uma faculdade de Jornalismo’ (Falcão, 2009).

O voto do relator do processo, e presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, se baseou na mesma premissa. No entender do ministro, a formação específica pode até ser importante para o preparo técnico dos profissionais, Porém:

[...] não é meio idôneo para evitar eventuais riscos à coletividade ou danos efetivos a terceiros. De forma extremamente distinta de profissões como a medicina ou a engenharia, por exemplo, o jornalismo *não exige técnicas específicas* que só podem ser aprendidas em uma faculdade (Mendes, 2009, p.62) [grifos nossos].



Por isso, Mendes afirmou que formação deve continuar nos moldes de cursos como o de culinária, moda ou costura, nos quais o diploma não é requisito básico para o exercício da profissão.

Portanto, para a advogada, não há nada de específico no Jornalismo que seja necessário aprender para se exercer a profissão. Para Gilmar Mendes, essa especificidade também não existe, e o melhor lugar para aprender a fazer Jornalismo talvez não seja a escola.

Este é o pano de fundo do presente artigo. Passado o calor dos primeiros momentos, queremos discutir, à luz de algumas contribuições de pesquisadores do Jornalismo, a questão da obrigatoriedade do diploma. Mas vamos cumprir a tarefa a partir do que realmente interessa: o Jornalismo é uma forma particular de produção do conhecimento?

2. O Jornalismo como forma de conhecimento

2.1 A meio caminho de ciência e saber da experiência

Em 1940, o jornalista e sociólogo norte-americano Robert Ezra Park dá uma importante contribuição na tentativa de situar o Jornalismo como uma forma de conhecimento singular. Em um artigo pioneiro³, o autor sustenta que as notícias ocupam um lugar específico, entre todos os tipos e gêneros de conhecimento existentes. Não se trata de uma atividade cujos resultados são produto do mesmo rigor e exatidão do método científico. Por outro lado, as notícias também não são uma forma de conhecimento baseada e calcada somente no senso comum. Dessa forma, na análise de Park, o Jornalismo, enquanto forma particular de saber, situa-se a meio caminho de dois gêneros epistemológicos: a ‘familiaridade com’ e o ‘conhecimento sobre’.

No trabalho, Park toma emprestada essa tipificação do conhecimento, que foi desenvolvida pelo psicólogo norte-americano, William James, – um dos maiores representantes do pragmatismo americano – do qual foi assistente. Na classificação, a ‘familiaridade com’ e o ‘conhecimento sobre’ se distinguem tanto em termos gerais como também práticos. Vejamos como ela se estrutura.

³ A notícia como forma de conhecimento: um capítulo na sociologia do conhecimento (Park, 2002).



A ‘familiaridade com’ é um tipo de conhecimento que se origina da nossa experiência pessoal e individual, por isso, é, em certa medida, inevitável. Sua base é o tato, o hábito e o costume; este saber se forma e se estrutura no dia-a-dia de cada um; no contato com o mundo que nos rodeia. De fato, para o autor, em toda mente capaz de articular linguagem, existe algum conhecimento sobre tudo. A ‘familiaridade com’ seria, então, esta espécie de conhecimento que advém de uma adaptação lenta e gradual do indivíduo ao seu habitat, ou seja, é um saber de ajustamento. Por isso, ele tem relação direta com o senso comum. Não é um conhecimento analítico nem formal, não dispõe, nem se utiliza de nenhum método. Para o sociólogo, esta forma de saber é simples e bastante intuitiva, porém, ainda assim, é válida, já que é muito útil em nosso cotidiano. Aliás, para o autor, provavelmente é a partir dela que fazemos a maior parte dos juízos e que tomamos a maioria das decisões mais corriqueiras do dia-a-dia.

Em um trabalho em que apresenta o artigo de Park, e que propõe uma arquitetura de *A notícia como forma de conhecimento*, a professora Isabelle de Melo avalia que a ‘familiaridade com’ acaba por resultar numa inevitável integração de sujeito e objeto. “Há uma indistinção em que o conhecimento sobre o real passa a ser de tal forma naturalizado que perdemos sua dimensão como construção simbólica e social” (Melo, 2007, p. 5).

Uma última caracterização torna-se também fundamental, principalmente para se identificar em seguida, com mais clareza e exatidão, onde o autor localiza as notícias enquanto forma singular de conhecimento. Destacamos que na tipificação proposta por James – pelo menos de acordo com a maneira como Park interpretou a classificação – a ‘familiaridade com’ não é um tipo de conhecimento passível de ser articulado, e, por isso, não é facilmente transmissível. Ela se aproxima mais da intuição e do instinto, logo não é comunicável. “Trata-se de características que os indivíduos adquirem de forma informal e inconsciente; mas, uma vez adquiridas, tendem a tornar-se privadas e pessoais” (Park, 2002, p. 36).

O ‘conhecimento sobre’, por sua vez, é um tipo de saber que procura a exatidão e a precisão. Esse conhecimento – assim como qualquer outra forma de saber – também tem o objetivo de entender os fenômenos, mas, por sua vez, a tarefa é realizada de uma maneira distinta. É um saber que não é mera experiência acumulada, mas sim o



resultado de investigação sistemática e metódica da natureza. Nele, há um claro esforço para separar sujeito e objeto.

Este é um conhecimento formal, racional e sistemático. Baseia-se na observação e em factos, mas factos que foram verificados, catalogados, regimentados e, por último, ordenados de acordo com esta ou aquela perspectiva, segundo o objectivo e o ponto de vista do investigador (Park, 2002, p. 37).

Outra característica basilar e que merece bastante atenção é que esta estrutura epistemológica sempre trabalha com o objetivo de tornar o real inteligível, por meio da linguagem. Na verdade, é essa a sua finalidade última: produzir um conhecimento que possa ser, por um lado, acumulado e, por outro, passado à frente; seus conceitos e sentenças devem poder ser transmitidos para que, assim, sejam também verificados, por outras pessoas, na própria experiência.

O que constitui, no entanto, característica única do conhecimento científico, em contraste com outras formas de conhecimento, é que é comunicável, ao contrário do que acontece com o senso comum ou conhecimento baseado na experiência clínica e prática (Park, 2002, p. 38).

É exatamente por esta peculiaridade que os resultados obtidos por meio deste tipo de conhecimento somente atingem legitimidade e reconhecimento quando são ratificados pelos pares que também se utilizam da mesma estrutura epistemológica. Quer isto dizer que todo produto do conhecimento das ciências, por exemplo, depende da coletivização e do reconhecimento de uma comunidade. É justamente para isto que servem os congressos: para que as investigações que estão sendo desenvolvidas tornem-se não só conhecidas, mas também para que sejam reconhecidas e legitimadas por outros investigadores.

Por meio de uma metodologia, de uma maneira própria de produção, este tipo de conhecimento permite a substituição dos acontecimentos por palavras e, neste processo, criar-se uma ordem lógica e conceitual, onde antes só havia a ordem efetiva das coisas. Onde outrora reinava apenas a dinâmica da própria realidade, passa a existir também uma organização, uma explicação deste modo de funcionamento. E esta ordem lógica, fruto deste trabalho, pode – e deve – ser confirmada, ou não, por todas as pessoas, na experiência. Portanto é perfeitamente passível de verificação.

Outra característica da ciência que reforça a importância da comunicabilidade do ‘conhecimento sobre’ é a necessidade de sempre se buscar outras referências no mesmo



tema de trabalho. Ou seja, quando um cientista resolve escrever ou pesquisar um determinado objeto, ele deve sempre partir – na lógica da cultura científica e acadêmica – daquilo que já foi escrito sobre a questão; dos resultados que já foram encontrados. E neste processo o saber vai se acumulando, o homem vai conhecendo melhor os fenômenos. Dessa forma, – pelo menos nesse horizonte epistemológico – fica-se mais perto da ‘verdade’.

Feita esta distinção, a análise de Park, procura, então, localizar o Jornalismo neste terreno. Para o autor, as notícias são uma espécie de conhecimento que não opera exatamente, nem nos moldes da ‘familiaridade com’, nem segundo o modo de funcionamento do ‘conhecimento sobre’, mas que carrega marcas e características dessas duas formas de saber.

Definitivamente, os produtos jornalísticos não são frutos de uma forma de conhecimento solidamente sistematizada, como são as ciências físicas e da natureza. Estas lidam diretamente com as próprias coisas. Como sempre lidam com fatos, na perspectiva de Park, as notícias se aproximariam mais da História, visto que sempre trabalham no sentido de localizar os fenômenos no tempo e no espaço. Mas a comparação entre as duas revela uma série de particularidades: é que apesar de ambas possuírem como matéria-prima os acontecimentos, a maneira de selecioná-los e tratá-los é completamente distinta, conforme ressalta o comentário de Melo, ao artigo de Park.

Enquanto a História busca localizar o acontecimento dentro de uma ordem maior, a notícia mira-se apenas no acontecimento em sua pontualidade. Enquanto que a História busca interpretar e localizar, a notícia quer apenas apresentar e descrever (Melo, 2007, p. 6-7).

Assim, a distinção entre História e Jornalismo proposta pelo autor reside na seguinte diferença: as notícias preocupam-se somente com a factualidade dos acontecimentos; com a singularidade de cada evento. Já a História tem por tarefa, a partir dos fatos – somente dos fatos classificados como históricos, diga-se de passagem – estabelecer suas causas e consequências, descobrir quais são os antecedentes, ou seja, tentar sempre ligar, de alguma maneira, um acontecimento ao outro.

É exatamente por essa última característica que o sociólogo limita o foco, e a atenção das notícias, naquilo que denominou de ‘presente ilusório’.



O que se pretende aqui significar por ‘presente ilusório’ é sugerido pelo facto das notícias, como os editores da imprensa comercial bem sabem, serem um bem extremamente perecível. As notícias mantêm esse estatuto apenas até chegarem às pessoas para quem tem ‘interesse noticioso’. Uma vez publicadas e o seu significado reconhecido, as notícias passam à história (Park, 2002, p. 40).

Nesse sentido, na avaliação do autor, as notícias são uma forma de conhecimento sobre o presente que somente tem validade neste mesmo presente. Na estrutura da atividade jornalística, a transitoriedade e a efemeridade são aspectos essenciais. Dessa maneira, o Jornalismo, enquanto forma específica de saber, se aproximaria do gênero epistemológico ‘familiaridade com’. Isto porque, nesse horizonte, as notícias são um conhecimento da experiência, do aqui e do agora; é como se a atividade não comportasse nenhum cariz metafísico, como se fosse vazia de sentido, por isso, baseada somente num contato isento com o mundo. De acordo com esses parâmetros, o Jornalismo, em grande medida, realizaria uma espécie de mediação transparente da experiência, funcionando como espelho desinteressado da realidade.

Melo faz uma interpretação das ideias de Park que vai justamente ao encontro da nossa.

A primeira função da notícia que a confere estatuto institucional seria, para o autor, o processo de mediatização do real. Assim, a notícia ao ser apresentada ao público assemelha-se a experiência direta do sujeito com o real, já que mediatização jornalística busca meramente relatar fatos, sem necessariamente interpretá-los ou ordená-los (Melo, 2007, p. 10).

Mas no próprio artigo de Park é possível encontrar as contradições que apontam para a fraqueza desses argumentos. No mesmo texto estão as chaves que abrem um horizonte de análise da produção das notícias que enxerga as suas opacidades.

As notícias aparecem sob forma de pequenas comunicações, independentes entre si, que podem ser fácil e rapidamente compreendidas. De facto, as notícias desempenham as mesmas funções para o público que a percepção para o indivíduo; o que quer dizer que mais do que informar, orientam o público, transmitindo em cada notícia e *no conjunto* das notícias o que se passa. Isto acontece sem qualquer esforço por parte do jornalista em interpretar os acontecimentos que relata, a não ser na medida em que *os torna mais compreensíveis e interessantes* (Park, 2002, p. 41) [grifos nossos].

Ora, mas se como diz o autor, as notícias transmitem ‘o que se passa’ não só de maneira avulsa, mas também em seu conjunto; e se na sua atividade, o jornalista realiza o esforço de tornar os fatos mais compreensíveis e interessantes, não nos parece que o Jornalismo se isenta completamente da operação de estabelecer algumas ligações entre



os acontecimentos, e muito menos que os jornalistas possam ir aos fatos totalmente desprovidos de interesses.

A partir do parágrafo acima, pode-se dizer que é mesmo próprio da atividade fazer associações entre os acontecimentos disponíveis em um noticiário, realizando uma primeira leitura de caráter interpretativo. Notícias de uma greve estão sempre ao lado de outras com as consequências da paralisação. Está assim estabelecida uma relação de causa e efeito. Estas aproximações simbólicas e outros fechamentos semânticos fazem parte das operações diárias do Jornalismo, estão sempre na rotina de todos aqueles que se ocupam desta atividade. Também é possível afirmar que se há intencionalidade de ser compreensível e interessante, por parte de quem escreve, não se vai aos acontecimentos completamente desprovido de perspectivas apriorísticas. Não se realiza a operação completamente vazio de sentido.

Tanto isto é verdade, que, mesmo no curto artigo sobre o Jornalismo como forma de conhecimento, Park enumera uma série de critérios para se definir aquilo que é ou não notícia. “Não é a importância intrínseca de um acontecimento que lhe confere valor-notícia. É antes o facto de um acontecimento ser tão invulgar que a publicação provoque surpresa, divertimento ou excitação dos leitores, de forma a ser recordado e repetido” (Park, 2002, p. 42). Em outra passagem:

As notícias, pelo menos no sentido estrito do termo, não são histórias nem anedotas. São antes qualquer coisa que tem, para quem ouve e lê, um interesse pragmático e não meramente apreciativo. As notícias são tipicamente, se não sempre, limitadas a acontecimentos que trazem mudanças súbitas e decisivas (Park, 2002, p. 44).

É mesmo difícil acreditar na *importância intrínseca* de alguma coisa, qualquer que seja o fato ou objeto. A afirmação acima serve, a bem dizer, para reforçar a ideia de que a seleção e organização das notícias seguem a uma lógica própria. Ou seja, elas (as notícias) não são transparentes, só não vê quem não quer. Dessa forma, mesmo em Park, podemos verificar que as notícias não são um relato desinteressado e descomprometido da experiência. O que revela imediatamente a contradição.

E mais um aspecto relevante distingue bem as notícias como forma de conhecimento, do saber do tipo ‘familiaridade com’. É que toda e qualquer notícia responde sempre a uma mesma preocupação; este produto singular serve indefinidamente ao mesmo senhor: a comunicabilidade. Este imperativo da atividade vai de encontro a este gênero



epistemológico que apresenta radicais limitações para ser articulado e transmitido. Só que se, por um lado, o Jornalismo se afasta de uma extremidade, por outro, aproxima-se da outra ponta. A obrigação de ser comunicável identifica o saber da atividade ao ‘conhecimento sobre’. As notícias só servem se para comunicar; só têm valor, em se transmitindo.

Dissemos que há intenção, que existem interesses e que até mesmo pode-se identificar um conjunto de valores e até algumas regras práticas que determinam o que é, ou não notícia. E mais: podemos afirmar que existe uma técnica específica para transpor a realidade para as páginas de um jornal ou internet, ou para as ondas de rádio e TV. Esta tradução obedece à uma gramática e a um modo de codificação próprios. Não é porque a atividade não tem o objetivo de apreender a totalidade dos fenômenos dos quais se ocupa que deixa de ter um método e de gerar algum efeito de sentido a tudo aquilo que relata. Não se pode negar que, mesmo ao tentar se limitar à singularidade dos fatos, o Jornalismo seleciona, organiza e dá sentido à realidade.

Na verdade, é a perspectiva de Park que limita artificialmente a atividade jornalística a uma simples operação de mediatização das experiências do mundo. Sua dificuldade para identificar terminantemente o Jornalismo como atividade que partilha completamente das premissas de apenas uma das duas formas de conhecimento tipificadas por James – ‘conhecimento sobre’ e ‘familiaridade com’ – é artificial e parece estar baseada em um erro.

Sabemos que a atividade se utiliza dos valores-notícia como critério de seleção da realidade. Porém eles não são estanques, nem são imutáveis. Os critérios de noticiabilidade variam com o desenrolar dos acontecimentos, mudam com o passar do tempo e também de acordo com o perfil do veículo e as características do público-alvo. “O facto é que o que faz a notícia é o interesse da notícia, e isso, como qualquer editor local sabe, é muito variável – com o que o editor tem que contar desde o momento em que se senta de manhã à sua secretária até o fecho do jornal” (Park, 2002, p. 43). Mas ainda assim, não há como negar a existência de certos parâmetros que são seguidos por todos e que definem, de alguma maneira, o que é notícia e a forma como ela deve ser apresentada. Não se pode negar a existência de certos valores que são compartilhados pelos diversos atores do campo.



Apesar da falta de tempo para análises mais rigorosas – e porque não dizer, em muitas situações, mais cautelosas – as notícias são fruto de um trabalho que realiza sim a substituição das próprias coisas por palavras, na tentativa de tornar o real facilmente inteligível. E este processo segue um método específico.

O que Park parece não conseguir ver é que, assim como as ciências, o Jornalismo dispõe de um método e, assim como a História, a atividade exerce um trabalho de produção simbólica. Não nos parece ser possível apresentar e descrever acontecimentos sem algum grau de interpretação e de localização destes fatos no universo de todos os acontecimentos. É exatamente por este motivo que Adelmo Genro Filho⁴ identifica o horizonte de Park com uma visão positivista e natural da atividade.

Ao não compreender essa questão, Robert E. Park acaba definindo o conhecimento produzido pelo jornalismo como um mero reflexo empírico e necessariamente acrítico [já que não deve estabelecer relações], cuja função é somente integrar os indivíduos no ‘status quo’, situá-lo e adaptá-lo na organicidade social vigente (Genro Filho, 1989, p. 59).

A avaliação de Genro Filho estabelece a questão da linguagem como peça fundamental na compreensão do método de trabalho do Jornalismo.

Os fenômenos são reconstruídos através das diversas linguagens possíveis ao jornalismo em cada veículo. Conseqüentemente, não podemos falar de uma correspondência de funções entre jornalismo e percepção individual, mas sim de uma ‘simulação’ desta correspondência (Genro Filho, 1989, p. 58).

O artigo de Park tem o mérito de, pela primeira vez, tentar situar o Jornalismo como uma forma particular de produção de conhecimento. Por outro lado, a maior limitação do modelo de análise proposto pelo sociólogo é ter desconsiderado que a simulação descrita na citação acima, não passa de uma ficção, de um mito da atividade. O problema é deixar de tratar a simulação enquanto tal. Ao contrário, a análise do sociólogo identifica como essência do Jornalismo justamente uma função de mediação que seria realizada de forma transparente pela atividade, de maneira orgânica quase natural. Desconsidera-se, assim, o trabalho que é realizado em toda operação de ‘tradução’ do que acontece; não se leva em conta que a gramática jornalística foi e é historicamente determinada.

⁴ GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide. Para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Editora Ortiz, 2ª impressão, 1989.



Chega até, como foi indicado, a situar o jornalismo como ‘forma de conhecimento’. Mas atribui a essa expressão um sentido vulgar e pragmático, vinculado apenas à reprodução da sociedade. Ao rebaixar desse modo o conhecimento assim produzido, desaparece o próprio objeto delineado como ‘função’, dissolvendo-se sua especificidade no elementarismo de certas técnicas e regras do ‘bom jornalismo’ (Genro Filho, 1989, p. 37-38).

Por outro lado, além de inaugurar o terreno, o artigo de Park tem como virtude o deslocamento do foco de atenção, que opera ao preterir a discussão da validade e verdade do conhecimento, e concentrar a análise na tentativa de descobrir “[...] quais são as condições de emergência de diferentes tipos de conhecimento e [na identificação de] que funções tem em cada um deles” (Park, 2002, p. 45). É por esta mesma via de análise que a investigação deve caminhar.

2.2 Um conhecimento cristalizado no singular

Em *O segredo da pirâmide*. Genro Filho traça outro caminho. O pesquisador utiliza as categorias hegelianas para localizar o Jornalismo enquanto forma de conhecimento cristalizado no singular. Enquanto a ciência caminha do singular para o universal, ou seja, daquilo que é pura experiência direta, para dimensões generalizantes e conceituais, o Jornalismo caminha em sentido contrário. A ciência quer estabelecer leis gerais e lógicas abstratas acerca do funcionamento de todas as coisas, já o Jornalismo jura que não realiza, de forma alguma, essa tarefa. Pelo contrário, sua missão seria servir de espelho da realidade, realizar a mediação daquilo que acontece, seguindo os modos do próprio acontecimento, dando vazão unicamente à sua singularidade.

Ao definir o Jornalismo como atividade cristalizada no singular, Genro Filho não quer se filiar a uma visão que concebe o Jornalismo como relato objetivo e transparente da realidade. A rigor, o autor acredita que nem mesmo aquilo que se percebe diretamente pelos sentidos é uma realidade sem mediações, pois já está embebido das universalidades do senso comum. Aliás, o próprio conceito de fato, já implica a percepção social da objetividade, ou seja, a significação dessa objetividade é dada pelos sujeitos. Assim, na realidade, também os fatos jornalísticos não existem previamente como tais, mas são construídos pela atividade a partir de determinadas filiações. Não há um fato e várias leituras ou opiniões, mas um mesmo fenômeno (manifestação



indeterminada quanto ao seu significado) e uma pluralidade de fatos, conforme a opinião e o julgamento.

Se é assim, a escolha do Jornalismo, em cristalizar o seu modo de produção de conhecimento na singularidade, significa mais uma estratégia discursiva e conceptual do que uma real transposição neutra das experiências individuais. Seguindo esta lógica, em uma reportagem jornalística sobre um julgamento, por exemplo, ao invés de dizer que o réu estava muito nervoso – o que estaria identificando o acusado ao particular ‘nervoso’ – os manuais de redação e estilo jornalísticos recomendam que se escreva que o réu suava bastante e não parava quieto, ou quaisquer outras impressões deste tipo. A ideia é evitar as generalizações com o objetivo de focar a atenção apenas no singular. Como se fosse possível descolar um acontecimento das suas múltiplas redes de significações.

A linguagem jornalística quer apreender a singularidade, mas só pode fazê-lo no contexto de uma particularidade determinada, ou seja, no contexto de generalizações e conexões limitadas capazes de atribuir sentido ao singular sem, no entanto, dissolvê-lo enquanto fenômeno único e irrepetível (Genro Filho, 1989, p. 182).

Com efeito, o mito da objetividade, ou imparcialidade jornalística, não pode ser tratado como se fosse algo diferente de mito. É, na verdade, um efeito de objetividade conseguido através de um relato que funda o seu conhecimento na singularidade, na tentativa de encobrir suas filiações e associações. É uma estrutura de produção de sentidos que carrega em si, como parte constituinte, um esforço para ocultar suas conexões e ligações, ou seja, seus pressupostos mais gerais e também seu esforço interpretativo. Esta possibilidade particular de produção de conhecimento, centrada em uma dimensão da realidade e que tem por estratégia tanto esconder quanto desvelar, existe, na prática, por meio do que Genro Filho chama de singular significativo. É:

[...] o produto de uma modalidade de apreensão subjetiva que supera o particular e o universal no interior da singularidade do fato jornalístico. Por isso, um fato jornalístico não é uma objetividade tomada isoladamente, fora de suas relações históricas e sociais, mas, ao contrário, é a interiorização dessas relações na reconstituição subjetiva do fenômeno descrito (Genro Filho, 1989, p. 122).

Ou ainda, segundo Meditsch:

“É evidente que essa forma de conhecimento recebe uma inflexão ideológica segundo a visão dos intermediários, dos veículos ou dos indivíduos que o produzem. O Jornalismo



também trafica, ao reconstruir o mundo, uma concepção sobre o mundo” (Meditsch, 1992, p. 31).

Mas para Genro Filho, a objetividade oferece uma quantidade quase que ilimitada de aspectos, dimensões e combinações possíveis para serem selecionadas e organizadas. Por mais subjetiva que seja a operação de tradução de tudo aquilo que acontece, a esfera da objetividade sempre deixa suas marcas.

De qualquer modo, a reprodução jornalística não pode decompor analiticamente um evento a ponto de destruir sua forma de manifestação. É no corpo mesmo do fenômeno que a notícia insinua o conteúdo, sugere uma universalidade através da significação que estabelece para o singular no contexto do particular. Na face do singular, através da mediação do particular, o universal se mostra num claro-escuro, como indícios, sugestões e pálidas imagens, que constituem a herança deixada pelos pressupostos filosóficos e ideológicos que presidiram a apreensão e reprodução do fenômeno (Genro Filho, 1989, p. 197).

Se partirmos dos pressupostos de que no universal estão contidas as partes: o singular e o particular; e de que não existe singularidade pura, em que não estejam presentes a particularidade e a universalidade, temos que uma dimensão da realidade só existe na relação com as outras, ou seja, as categorias estão sempre amarradas. Quer isto dizer que em cada uma delas, as demais estão presentes, de maneira subjacente ou de forma superada, mas ainda assim, permanentemente, em relação. Com efeito, não é preciso, necessariamente, cristalizar o conhecimento no universal para fugir das determinações ideológicas presentes na atividade.

Para Genro Filho, a dimensão objetiva dos fatos pode sempre nos trazer algo de novo. É que, a partir do singular, também é possível produzir um saber que não esteja a serviço da ideologia dominante, mas que, pelo contrário, conteste esses mesmos valores e viabilize uma outra visão dos fenômenos. Além de deixar suas pegadas, suas marcas, deve-se levar em consideração que a esfera da objetividade também pode ser o ponto de partida para várias linhas de chegada, inclusive as alternativas.

O que o autor quer nos chamar a atenção é para a possibilidade de um Jornalismo, nos moldes existentes hoje – surgido junto com o capitalismo e com os modos industriais de produção – que não necessariamente traga subjacente uma visão particular e universal pertencentes às classes dominantes, mas que, ao contrário, seja produto da contestação das ‘obviedades’ e ‘naturalidades’ do senso comum. Genro Filho acredita que o



Jornalismo é uma forma de conhecimento que pode sim revelar e atribuir sentido a realidade, de uma maneira menos automática e mais contestadora.

Na avaliação de Meditsch: “Adelmo defende um Jornalismo crítico que tenha a mesma competência, a mesma eficácia técnica do Jornalismo conservador. O mesmo Jornalismo aparentemente objetivo, só que com outro ponto-de-vista, um ponto-de-vista crítico” (Meditsch, 1992, p. 32).

A análise por meio das categorias hegelianas é um caminho que esclarece uma série de problemáticas. Por um lado, não restringe a atividade a uma ciência menor, conforme parece sugerir Robert Park, autor que foi apresentado e discutido anteriormente. Não é porque afirma que a atividade calca seu saber em uma dimensão da realidade oposta à cristalizada pela ciência que se pode afirmar que, em Genro Filho, o Jornalismo fica a meio caminho de ciência e senso comum.

O professor Eduardo Meditsch concorda: o Jornalismo é uma importante via de acesso a realidade. Não é ciência, mas nem por isso deixa de dar a sua contribuição na apropriação e produção do real. “O Jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a Ciência: ele simplesmente revela diferente. E ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar” (Meditsch, 1992, p. 4).

Considerações finais

Na nossa avaliação, para se verem livres das determinações ideológicas presentes no Jornalismo (e em todas as outras atividades humanas), quem produz a notícia deve se dar conta de que pode, a partir das singularidades dos fenômenos, dar vazão a outras relações com a particularidade e o universal. E a identificação desta possibilidade é uma das maiores contribuições do trabalho de Genro Filho.

Acreditamos que aqueles que produzem as notícias devem conhecer com mais clareza quais são as estratégias e procedimentos que são subjacentes à sua prática e que podem estar a serviço de uma prática menos crítica e mais automatizada. O Jornalismo não é uma ciência, mas nem por isso deixa de realizar uma operação que dá sentido ao real, na



medida em que seleciona, interpreta e ordena os fatos classificados como de interesse jornalístico.

Dessa maneira, alguma formação específica que dê conta de analisar, pormenorizadamente, essa operação particular de seleção e tratamento do real pode ser fundamental para o exercício da atividade de maneira mais autônoma e emancipadora. O conhecimento e o estudo crítico da gramática da atividade, dos seus modos próprios de codificação e as consequência da utilização desses valores que definem o que é notícia e como ela deve ser apresentada, podem até não ser garantia, mas constitui-se como um importante instrumento para um Jornalismo mais livre e contestador.

Se os atuais cursos superiores de Jornalismo não conseguem dar conta dessa enorme tarefa, talvez a obrigatoriedade do diploma não faça mesmo nenhum sentido. O que fica sem resposta é como a desregulamentação da profissão pode ajudar a resolver, ou ao menos minimizar, o problema.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Supremo Tribunal Federal (STF). Recurso extraordinário (RE 522961), interposto pelo Ministério Público Federal e pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo SERTESP (assistente simples), com fundamento no art. 102, inciso III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região nos autos da Apelação Cível em Ação Civil Pública nº 2001.61.00.025946. Relator: ministro Gilmar Mendes. Decisão em 26 de junho de 2009. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/brasil/2009/06/17/diploma_jornalismo.pdf (acessado em 14/03/2010).

FALCÃO, Márcio. *Supremo derruba exigência do diploma para jornalistas*. [Em linha] Folha Online. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u582417.shtml> (acessado em 14/03/2010), 2009.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide. Para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Editora Ortiz, 2ª impressão, 1989.

MEDITSCH, Eduardo. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

MELO, Isabelle Anchieta de. *A notícia como forma de conhecimento segundo Robert Park*, [Em linha]. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/melo-isabelle-noticia-como-forma-conhecimento.pdf> (acessado em 10/12/2007), 2007.



PARK, Robert E. “A notícia como forma de conhecimento: um capítulo na sociologia do conhecimento”. In ESTEVES, João Pissarra (org.). *Comunicação e Sociedade. Os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. (orig. 1940)